





PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 086/2025

PROPOSITURA: 2025.10000.10300.5.002234

AUTORIA: VER. SARGENTO SALAZAR

EMENTA: CONCEDE sobre a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos para investidura e manutenção em cargos comissionados, efetivos e eletivos no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO







PROJETO DE LEI Nº / 2025

DISPÕE sobre a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos para investidura e manutenção em cargos comissionados, efetivos e eletivos no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências.

- **Art.** 1º Ficam sujeitos à realização de exames toxicológicos os ocupantes de cargos comissionados, efetivos e eletivos no âmbito do Município de Manaus.
- **Art. 2º** Os exames toxicológicos terão como objetivo verificar o uso de substâncias psicoativas que possam comprometer a integridade física, mental ou a capacidade funcional dos servidores e agentes públicos.
- **Art. 3º** A realização dos exames toxicológicos obedecerá aos seguintes critérios:

I – Para cargos efetivos e comissionados:

- a) Exame admissional, antes da posse;
- b) Exames periódicos, a cada 2 (dois) anos;
- c) Exame demissional, no desligamento do cargo.

II – Para cargos eletivos:

- a) Exame antes da diplomação;
- b) Exames periódicos, a cada 2 (dois) anos, durante o mandato.
- **Art. 4º** Os exames toxicológicos deverão aferir o consumo de substâncias psicoativas em uma janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e serão realizados em unidades de saúde do Poder Público Municipal, do Sistema Único de Saúde (SUS) ou em estabelecimentos credenciados.

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio











- **Art. 5º** Em caso de resultado positivo, o servidor ou agente público será notificado e terá o direito de:
- I Solicitar contraprova, por laboratório de sua escolha, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- II Apresentar justificativa médica, caso o uso de substâncias seja decorrente de tratamento de saúde.
- **Art. 6º** O resultado positivo confirmado, sem justificativa legal ou médica, acarretará as seguintes consequências:
- I Para cargos comissionados e efetivos: suspensão do exercício do cargo, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou disciplinares previstas em lei;
- II Para cargos eletivos: comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE)
 e ao Ministério Público, para as providências cabíveis.
- **Art. 7º** O detentor de cargo comissionado ou eletivo que comprovar estar em tratamento por dependência química, há pelo menos 30 (trinta) dias anteriores à data do exame, não será submetido a sanções administrativas, desde que:
- I Apresente documentação médica que comprove o tratamento e a evolução do quadro clínico;
- II Realize um novo exame toxicológico no prazo de 60 (sessenta) dias, para comprovar a efetividade do tratamento e a abstinência do uso de substâncias psicoativas.

Parágrafo único. Caso o novo exame toxicológico apresente resultado positivo, o servidor ou agente público será submetido às medidas previstas no Art. 6º desta lei.

- **Art. 8º** A recusa em se submeter ao exame toxicológico impedirá a investidura ou posse no cargo, no caso de candidatos, ou poderá ensejar exoneração, no caso de servidores comissionados, e comunicação à Mesa Diretora da Câmara Municipal, no caso de detentores de mandato eletivo.
- **Art. 9º** A administração pública municipal regulamentará os procedimentos para a execução desta lei, incluindo prazos, métodos de coleta e critérios técnicos para a realização dos exames, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta lei.
- **Art. 10º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio

Manaus - AM | 69029-120 Tel.: 3303-2848 www.cmm.am.gov.br









Art. 11º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, em 12 de março de 2025.



Vereador – PL

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio

Manaus - AM | 69029-120 Tel.: 3303-2848 www.cmm.am.gov.br









JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reforçar a transparência, a moralidade e a integridade na administração pública municipal, estabelecendo critérios objetivos para a posse e manutenção de servidores públicos comissionados, efetivos e detentores de mandato eletivo. A medida visa desestimular o uso de substâncias psicoativas e coibir possíveis vínculos indiretos com atividades ilícitas, garantindo um serviço público mais eficiente e confiável.

O combate ao consumo de drogas é uma medida essencial para evitar que o serviço público se torne vulnerável a influências prejudiciais, que possam comprometer o interesse público. Essa prática já é adotada em diversas carreiras de segurança pública e transporte, e sua extensão para os cargos públicos municipais reforça a confiança na gestão administrativa.

Ademais, o projeto respeita os princípios constitucionais, limitando-se ao âmbito da administração municipal e garantindo que as medidas sejam compatíveis com as competências locais. Além disso, estabelece medidas de sigilo e direito à contraprova para garantir a isonomia e a justiça no processo de avaliação.

Por fim, a previsão de exames em unidades do SUS ou credenciadas assegura a viabilidade da implementação sem gerar custos excessivos ao Município. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposição.

Manaus, em 12 de março de 2025.

Sargento Salazar

Vereador - PL

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio

Manaus - AM | 69029-120 Tel.: 3303-2848 www.cmm.am.gov.br



CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F70F0EB20016FD1F. CONSULTE EM https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador







RESULTADO DE PESQUISA N. 145/2025

TIPO:	PL	
EMENTA:	DISPÕE sobre a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos para investidura e manutenção em cargos comissionados, efetivos e eletivos no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências.	
AUTORIA:	Ver. Sargento Salazar	
RESULTADO DA PESQUISA (PROJETO / LEI SEMELHANTE OU COM PONTOS EM COMUM):	Nada foi encontrado até a presente data.	

^{*}Este documento é meramente de caráter informativo.

Manaus, 17 de março de 2025.

Cíntia Maria LinsChefe da Divisão de Redação e Revisão



Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus - AM | 69029-120 Tel.: 3303-2933 www.cmm.am.gov.br







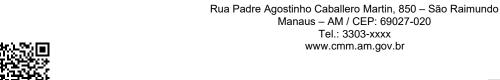
RECIBO DE ENVIO DE MINUTA

Autor: VER. SARGENTO SALAZAR Tipo de Propositura: PROJETO DE LEI

Nº da Minuta: 02223/2025 Data de Envio: 17/03/2025

EMENTA: CONCEDE sobre a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos para investidura e manutenção em cargos comissionados, efetivos e eletivos no âmbito do Município de Manaus e dá outras providências.

ALEXANDRE DA SILVA SALAZAR VEREADOR(A)











PODER LEGISLATIVO

Propositura 2025.10000.10300.5.002234 Data 17/03/2025

TRAMITAÇÃO Propositura Nº 2025.10000.10300.5.002234

Origem

Unidade DIRETORIA LEGISLATIVA - DILEG

Enviado por KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA

RIBEIRO

Data 17/03/2025

Destino

Unidade DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO -

DVAPL (SAP)

Aos cuidados de KAREN TIUBA DE JESUS SALES

Fase

Fase SEM ALTERAÇÃO **Despacho** ENVIADO PARA

PROVIDÊNCIAS

ANÁLISE

Е